

Políticas Públicas de implantação de Cooperativas Populares – Limites, possibilidades e desafios.

Arlete Cândido Monteiro Vieira (UNITAU) arletemonteiro@terra.com.br
Fabio Ricci (UNITAU) fabioricci@uol.com.br

Resumo

O presente artigo pretende estabelecer o quadro teórico e histórico de como o Estado pode, em parceria com setores organizados da sociedade civil, estimular a organização coletiva das parcelas mais pobres e menos organizadas da população, a fim de promover seu desenvolvimento. Os limites e possibilidades de uma política pública de fomento ao cooperativismo como estratégia de desenvolvimento serão considerados com base em duas abordagens principais: de um lado, os debates sobre o papel de governos para o estímulo à participação dos cidadãos e sua organização em associações dentro de um quadro de redefinição das relações Estado-sociedade civil; de outro lado, o contexto de construção da economia solidária onde as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida segundo relações de reciprocidade, igualdade e democracia. A idéia de que a formação de laços de cooperação e a organização em associações podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de populações pobres tem adquirido força entre teóricos e atores políticos. Experiências mostram que atores estatais também podem incentivar e apoiar essas comunidades para que se auto-organizem, o que pode ser decisivo para que elas se desenvolvam em termos sociais e econômicos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Empreendimento solidário; Cooperativismo.

1. Introdução

A busca da ampliação da noção de política pública de emprego na perspectiva do cooperativismo exige um esforço amplo de mudança cultural e institucional. Falar de cooperativismo é falar de formas de integração social permanente no tecido sócio-produtivo a partir de um novo ângulo do esforço empresarial e empreendedor. As políticas e sistemas públicos de emprego classicamente se desenvolvem através de seguro desemprego, (re) qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, portanto orientam-se pela ótica da complementariedade e manutenção do padrão clássico de oferta de emprego ao ritmo dos ciclos da atividade econômica. As políticas de emprego aparecem como um sistema anti e pró-cíclico complementar e conjuntural.

Como numa era de transição e crise do modelo de assalariamento e das formas clássicas da industrialização brasileira construir uma alternativa de geração de trabalho e renda para o Brasil? Desemprego aberto e informalização ganham força e ampliam a precarização do trabalho juridicamente apoiados em formas contratuais temporárias.

O cooperativismo nas suas mais diversas formas pode ser colocado como alternativa para associar o potencial empreendedor na vida social? Como o cooperativismo pode sobreviver numa era de economia global e ainda mais gerar contratendências capazes de modificar tendências estruturais de concentração de renda? Como pode o cooperativismo operar no contexto de uma revolução tecnológica baseada na telemática e nas mudanças aceleradas de processos e produtos?

Assim o Poder Público deveria incentivar a criação, as inter-relações das cooperativas no sistema cooperativo do município e promover o conhecimento mútuo, criando meios de uma

cooperativa conhecer a outra – Internet, Sites, Home Pages, Banners, Revistas institucionais, Catálogos descritivos de atividades ou Campo de atuação, Portfólios de profissionais, Folders e Informativos. Conceber uma Carta – Padrão, de responsabilidade civil – técnica – comercial – jurídica, firmando um compromisso recíproco, entre as partes, implementando um critério técnico – científico para facilitar o reconhecimento das cooperativas idôneas e confiáveis, além do uso de todos os instrumentos de proteção ao crédito e do consumidor.

A economia popular e solidária, por sua vez, não é de um modelo revolucionário para mudar ou subordinar o sistema atual, senão um projeto que tem como objetivo estruturar uma alternativa econômica, social, política e também cultural. Tendo em vista a crise no mercado de trabalho - que apresenta um quadro cada vez mais grave - tudo indica que dificilmente o mercado formal de trabalho crescerá o suficiente para absorver, senão a totalidade, pelo menos a maioria da população de trabalhadores. Existe a possibilidade de incluir a economia solidária como estratégia de geração de trabalho e renda para a população em situação de vulnerabilidade, o que no campo da assistência social é compreendido como inclusão produtiva e também como atividade de prevenção da situação de vulnerabilidade social e da promoção de condições de vida mais digna, com a possibilidade de emancipação dos usuários dos serviços sócio-assistenciais.

A observação da convergência entre processos de gestão democrática de governos locais e controle participativo direto das políticas públicas, com as novas redes de economia sócio-solidária, abre a reflexão sobre uma nova abordagem da economia política da transição para novas formas de socialização da riqueza e do poder. Ao lado dos movimentos sociais de todo tipo que agem no terreno dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, vemos emergir um conjunto de lutas que traduzem esforços de agenciamento sócio-produtivo e de gestão sócio-territorial que fazem da crise brasileira um processo de disputa orgânica. Novas respostas para velhas questões da relação entre as diferentes desigualdades se abrem nesse cruzamento onde o tema da produção e da reprodução social dos modos de vida é reposto no terreno de uma esfera pública que anseia por uma nova governabilidade.

1.2 Objetivo

Apresentar as possibilidades de criação de políticas públicas municipais voltadas à constituição e desenvolvimento de cooperativas populares, objetivando a redução das desigualdades sociais, melhoria da distribuição de renda e principalmente a inserção socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

1.3 Relevância

A geração de emprego é um dos grandes desafios da era globalizada. Ao mesmo tempo em que o mercado exige profissional qualificado e criativo, o emprego formal vai cedendo lugar à prestação de serviços sem vínculos empregatícios. É nesse cenário que as cooperativas de trabalho vêm conquistando espaço. Estas cooperativas são recentes e têm registrado grande crescimento, principalmente ocupando a população atingida pelo desemprego.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no início de seu mandato, criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária, que desenvolve ações de geração de estruturas produtivas de emprego para a população marginalizada.

A relevância do tema situa-se no papel que se constata ter a experiência em cooperativas proporcionando o aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do capital social, principalmente através de processos de interação, aprendizagem e inovação.

1.4 Metodologia

O desenvolvimento desse trabalho foi estruturado utilizando-se informações bibliográficas para situar a questão de forma exploratória e dedutiva.

Quanto aos objetivos a pesquisa foi exploratória, porque proporcionou maior familiaridade com o problema e para tanto utilizou o levantamento bibliográfico.

2 Revisão da literatura

2.1 Uma luta pelo social, reforçando o econômico

Segundo Sachs (2003) existe um conflito entre a própria concepção de políticas sociais e econômicas, como se as duas políticas fossem excludentes e não complementares. No Brasil, durante anos, os governos privilegiaram políticas econômicas que visavam ao desenvolvimento de setores dominados pelos grandes, ao invés de políticas, também econômicas, que promovessem o avanço dos pequenos em situação de vulnerabilidade social. Pochmann (2004) conclui que no caso da Prefeitura de São Paulo, é importante notar que a implementação de programas emancipatórios, também foi em sentido inverso à tradição econômica, social e política, valorizando a história dos beneficiários. Neste sentido as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários estiveram concentrados em atividades relacionadas à culinária (31,3%), comércio em geral (29,7%), cuidado com idosos (14,1%) e coleta seletiva e reciclagem de resíduos (10,9%).

Gaiger (2004) afirma que os empreendimentos econômicos solidários são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local, o fato de ter a possibilidade de participação no grupo gera um novo espaço de cidadania para seus membros os quais fazem um caminho importante em direção à inclusão social.

Silva (2004) esclarece que deverá haver uma sintonia com a visão de uma política pública que defina com clareza o direito de todas as pessoas à cidadania e, portanto, tendo o direito alienável de participar da riqueza da nação e assim recebendo uma renda básica na medida do possível suficiente para atender suas necessidades. A renda de cidadania garantirá maior grau de opção para toda pessoa estar decidindo qual atividade econômica deseja exercer.

Para combater a desigualdade, se impõe duas frentes de ação: políticas diretas de ataque à pobreza e à indigência e políticas para a geração de trabalho decente, o que demanda uma vigorosa ação afirmativa em favor dos empreendimentos solidários.

De acordo com Andriolli (2002), se o cooperativismo, por um lado, reproduz a lógica da terceirização ou da precarização das relações de trabalho, por outro, passa a ser um importante instrumento de resistência ao atual contexto de exclusão. O reforço à organização dos trabalhadores desempregados por meio da ação integrada dos governos com entidades da sociedade civil permite, no mínimo, que se amenizem problemas de grande parte da população que se encontra despossuída de meios e conhecimentos para superar sua condição de excluídos.

2.1 Os novos movimentos sociais e a autonomia perante o Estado

No Brasil, a antropóloga Ruth Cardoso (1983) foi uma das primeiras a revisar criticamente o entusiasmo inicial com a espontaneidade e a autonomia dos novos movimentos sociais. Mais recentemente, já tratando do contexto de redemocratização, ela identifica, ao nível local, uma rede de relações políticas entre agências estatais e associações comunitárias, o que leva estas a agir pragmaticamente e utilizar contatos dentro do poder público motivado por demandas concretas, mas adotando, por outro lado, uma posição ideológica que constantemente reafirma a autonomia dos setores populares em relação tanto aos partidos políticos quanto ao Estado.

“As estratégias de ação dos movimentos são definidas em meio ao contexto de tensão criado por estas duas diretrizes opostas e provêm de sua avaliação

sobre os recursos disponíveis em uma dada circunstância. Além disso, suas táticas são constantemente redefinidas num esforço para equilibrar suas conquistas práticas com seu quadro de autonomia”.(CARDOSO, 1983).

Segundo Cardoso, para examinar o potencial de expansão da independência relativa dos grupos populares, é preciso voltar a estudar também as ações dos partidos políticos e do Estado.

“O foco nos movimentos populares mostrou que sua dinâmica depende desta interação e que, quando se abre espaço para sua participação, ocorrem mudanças no equilíbrio das forças no poder, permitindo maior autonomia popular, embora de forma ainda restrita. Entretanto, sem mudanças institucionais, este processo grupos populares, é preciso voltar a estudar também as ações dos partidos políticos e do Estado”.(CARDOSO, 1983).

A discussão sobre modelos alternativos de desenvolvimento surge no rastro dos debates sobre a exclusão, tema que se tornou praticamente obrigatório para as ciências sociais, diante das recentes mudanças na organização do capitalismo que resultaram, no mundo inteiro, na marginalização de um número muito grande de pobres em termos de participação política e econômica.

Para Friedmann (1987), mais do que desprovida de meios materiais, esta fatia da população passou a ser considerada redundante para a acumulação global de capital, sob o argumento de que o capitalismo moderno pode, em grande parte, sobreviver sem os camponeses que praticam agricultura de subsistência, os trabalhadores rurais sem-terra ou os setores populares que crescem rapidamente nas favelas dos grandes centros urbanos, à margem da economia formal.

Passando do terreno conceitual para as experiências concretas, é possível encontrar exemplos onde governos passam a incentivar e apoiar comunidades para que estas se organizem e participem da definição e implementação de projetos e políticas, o que pode ser decisivo para contribuir na formação de capital social e fortalecer os laços de cooperação entre os cidadãos e as instituições públicas e entre os próprios cidadãos, favorecendo as iniciativas de desenvolvimento, sendo que na maioria dos casos esses exemplos vêm de governos locais, como por exemplo o Programa Oportunidade Solidária da Prefeitura de São Paulo citado por Pochmann (2004).

Castells & Borja (1996) apontam uma tendência mundial de valorização do poder público local enquanto ator relevante na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Num contexto de crise dos Estados nacionais em todo o mundo, a emergência de governos locais comprometidos com ideais democráticos abre oportunidades de intervenção inclusive em áreas que antes não eram competência das prefeituras.

2.2 Possibilidades das políticas públicas

- **Vontade política e comprometimento do governo com um desenvolvimento inclusivo:** Só a vontade do prefeito ou governador e a de seus secretários de governo não são suficientes para inverter as prioridades de desenvolvimento. Como advertem Soares & Gondim (1998), é preciso reorganizar toda a estrutura administrativa, de forma que as ações ocorram independentemente de indivíduos, substituindo as formas clientelistas e garantam o comprometimento dos agentes públicos para interagirem diretamente com a comunidade.
- **Articulação e integração das políticas urbanas:** questões urbanas estão fortemente relacionadas umas às outras, por isto há resultados mais expressivos quando estão integradas. Mais do que isso, a articulação entre ações de diferentes áreas do governo pode ajudar a estimular a sinergia com a comunidade: por exemplo, agentes de programas

de urbanização ou medicina preventiva, que atuam diretamente junto à população, podem contribuir para o mapeamento de demandas de outras áreas e a identificação das lideranças comunitárias, facilitando a entrada dos agentes de outros programas, como microcrédito, alfabetização e formação profissional.

- **Autonomia local e descentralização político-administrativa:** o fortalecimento do “local” como espaço onde podem surgir relações diferenciadas entre governos e cidadãos aponta para a necessidade de maior autonomia, que, conforme Castells e Borja (1996), deve ser entendida como possibilidade para que governos locais se auto-organizem, assumam competências exclusivas e específicas, e disponham de recursos próprios. Porém, eles enfatizam que a demanda histórica por autonomia local já não é suficiente e cada vez mais se exige que o governo tenha autonomia também para agir como promotor das potencialidades locais, em termos de democracia e de desenvolvimento.

Apesar dos esforços para garantir essas características e implantar práticas democráticas, governos esbarram em dificuldades que podem comprometer os resultados positivos de suas experiências.

As principais dificuldades são:

- **Fatores macroeconômicos:** projetos de desenvolvimento local têm possibilidades de atuação limitada no enfrentamento de problemas estruturais graves, como desemprego e baixa qualidade de vida, que são determinados por fatores macroeconômicos nacionais ou mesmo internacionais. No caso das administrações municipais, esta limitação é ainda mais evidente.
- **Falta de recursos para investimentos:** apesar dos esforços de descentralização centrados nas lideranças comunitárias, quanto entre políticos e elites ou grupos de interesses locais – as chamadas “máfias”, que em geral dispõem de sofisticada estrutura de pressão, caracterizada por mecanismos de corrupção e violência. Por outro lado, a permanência de práticas assistencialistas e paternalistas também dificulta ações de desenvolvimento social, ao favorecer o fenômeno de “refilantropização do social”. O assistencialismo pode distorcer a natureza de políticas sociais originalmente paliativas, como “bolsa-escola” e “renda mínima”, que correm o risco de dificultar a emancipação em direção à cidadania ao invés de favorecê-la.
- **Descentralização inconclusa e desarticulada:** os esforços de descentralização político administrativa têm se revelados insuficientes para garantir autonomia aos governos locais para que estes implantem práticas democráticas inovadoras. Bava observa que a descentralização e autonomia dos governos locais são defendidas tanto por governos e entidades da sociedade civil comprometidos com a melhoria da qualidade de vida e a construção da cidadania para todos, quanto pelos que defendem a reforma do Estado nos moldes do liberalismo econômico.
- **Desarticulação entre secretarias, órgãos e programas:** a falta de coordenação e comunicação dentro do governo pode prejudicar programas que envolvem ações de diferentes áreas. Essa desarticulação ocorre tanto entre os tomadores de decisão quanto entre os agentes que executam os programas. No primeiro caso, seja por incompatibilidade técnica, seja por divergência de concepções políticas, secretários e técnicos de áreas diversas podem adotar políticas contrárias (por exemplo, áreas sociais e de desenvolvimento tendem a se chocar com áreas de orçamento, obras ou meio-ambiente). No segundo caso, a falta de informação e clareza sobre os objetivos políticos do programa pode levar à desarticulação de agentes de diferentes áreas atuando numa

mesma região ou num mesmo programa. Por exemplo, quando ações emergenciais – como “bolsas”, ou “frentes de trabalho” atuando em áreas de infra-estrutura – não estão vinculadas a políticas mais duradouras de desenvolvimento e geração de trabalho, podem permanecer como meras saídas assistencialistas.

- **Falta de formação e informação sobre objetivos e metodologia dos programas:** é comum haver grande diferença de visão sobre objetivos políticos entre os formuladores de políticas públicas, que desenham a estrutura dos projetos, e os agentes que atuam na base dos programas, junto à comunidade. Em geral, estes agentes passam por treinamento intensivo no que se refere às suas funções técnicas, mas nem sempre recebem formação análoga nos aspectos políticos – para orientá-los com clareza e consistência quanto à importância dos programas em termos de transformação social – ou nos aspectos pedagógicos – para garantir uma metodologia diferenciada de abordagem junto aos membros da comunidade, de forma que estes sejam considerados sujeitos dentro dos processos em sinergia com o governo. Essa formação incompleta acontece por várias razões, inclusive pelos prazos exíguos para formar as equipes de campo, e pode gerar (ou ser gerada por) desarticulação entre ações de diferentes áreas do governo.

Como consequência, práticas assistencialistas continuam a ser observadas dentro de projetos desenhados para apresentarem potencial emancipatório. Risco de descontinuidade dos projetos: no início, as comunidades costumam depender mais das ações governamentais, por isto a mudança na gestão pode acabar com o trabalho desenvolvido. Na maioria das vezes, projetos iniciados ou apoiados pelo poder público são abandonados ou extintos quando o governo é substituído por outro com orientação política distinta, daí a importância de garantir a autonomia destes projetos.

2.3 Limites de políticas públicas de desenvolvimento local

Nas gestões democráticas, uma característica da concepção de poder público como distribuição de renda e indutor do desenvolvimento local é o comprometimento com a redistribuição social do trabalho e da renda e administrar os problemas sociais que o capitalismo deixa atrás de si.

Singer (1998) considera que o lento processo de construção de novas formas de relações econômicas está ligado às demais lutas dos trabalhadores, inclusive políticas, mas entende que o modo socialista de produção não se tornará dominante por uma vitória política dos trabalhadores:

“Nós temos que parar de apostar apenas na luta política, por mais que ela seja importante. Eleições para o executivo, criação de maiorias parlamentares, avanço dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, do direito dos consumidores, e mil outras lutas políticas são passos igualmente importantes se um dia quisermos um outro tipo de sociedade. Mas isso tem que andar paralelo com a autogestão. Não se pode condicionar a autogestão à vitória política. E eu tenho um argumento a mais: se criarmos uma autogestão protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e não será eficiente. Na primeira derrota política afunda”.(SINGER, 1998)

Quando governos procuram estimular a formação de cooperativas populares – por exemplo, entre desempregados passando por requalificação profissional, ou moradores de favelas inseridos num programa de renda mínimos – é preciso que a proposta não seja imposta ao grupo, mas sim apresentada como uma das alternativas possíveis. Entretanto, o cooperativismo frequentemente é proposto como única alternativa – muitas vezes menos por

conta do quadro de crise social e econômica do que pelas concepções políticas dos agentes (governamentais ou não) que assessoram o grupo.

Outra dificuldade em estabelecer o cooperativismo de cima para baixo é a ênfase no fortalecimento dos laços solidários e das práticas democráticas. O estreitamento dos vínculos coletivos depende claramente de um longo processo de construção e reconstrução das relações de grupo, ou seja, depende de tempo, e o tempo do mandato governamental em geral não observa as mesmas exigências de tempo da cooperativa. Na verdade, o maior problema não é tanto propor o cooperativismo como única opção (em geral, a proposta é bem aceita pelos grupos), mas impor um tempo para a obtenção de resultados – o que deriva do tempo do governo, com ritmo de trabalho e exigência de resultados visivelmente diferentes do tempo necessário para a incubação de um grupo composto por pessoas com pouca experiência prévia em organização coletiva. Por isso, as diferenças de tempo também trazem o risco de interferir de forma negativa na construção de autonomia coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um conjunto de políticas públicas favoráveis ao cooperativismo deve ser construída ao invés da opção pela redução inconstitucional do papel do Estado, implícita nas políticas de corte neoliberal em curso no Brasil desde 1990, através da demissão irracional de funcionários públicos, do perverso rebaixamento das remunerações e das privatizações sem critério, procurar modernizar a capacidade de operacionalização das ações do governo municipal.

A implementação e a condução da estratégia de desenvolvimento social a partir da integração e articulação das mais diferentes secretarias municipais, assim como da parceria com a sociedade, conduzir a uma nova geração de política social e do trabalho, capaz de resultar em condições mais adequadas de rompimento do ciclo estrutural da pobreza e da desigualdade de renda. Uma outra realidade é possível, com desenvolvimento e inclusão social.

É necessário incluir o cooperativismo como elemento chave para os projetos de desenvolvimento regional das Agências estaduais e municipais, assim como para as ações públicas definidas no orçamento participativo do Estado.

Definir um peso relevante para a educação cooperativa nos programas de qualificação profissional.

Apoiar a formação de empreendimentos inovadores, utilizando critérios integrados (gestão, tecnologia de processos, produtos), por meio de redes de cooperação. Elevando a qualidade de complexos econômicos populares que se encontram em estado latente ou em decadência.

Buscar a integração de organizações de base e movimentos de mulheres e jovens na formulação de novos empreendimentos de infraestrutura e políticas sociais.

Apoiar projetos de integração das cadeias produtivas nas suas conexões onde esteja presente a empresa cooperativa.

Criar grupo de trabalho voltado para estabelecer controles sobre as atividades precarizadoras do mercado de trabalho realizadas de maneira abusiva em nome do cooperativismo.

O Poder Público, segundo a Lei 5764/71, em seu artigo 2º deve:

“As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta lei e das normas que surgirem em sua decorrência. Parágrafo Único – A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais,

necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas”.

A dificuldade de mensurar os impactos de um programa mostra que é preciso ir além dos indicadores quantitativos usuais – número de cooperativas formadas, número de postos de trabalho gerados, volume de capital movimentado pelas cooperativas, nível de renda atingido pelos cooperados etc.

É preciso criar novos indicadores sobre inclusão social, construção de novas relações de sociabilidade e trabalho, grau de participação e democracia nas decisões e ações da cooperativa e de outros espaços democráticos. No caso da incubação de cooperativas, os possíveis resultados positivos em termos de geração de renda são ainda mais significativos em termos de ampliação da cidadania: para muitos trabalhadores, a participação em uma associação ou cooperativa com práticas democráticas sólidas significará a primeira experiência de formalidade no plano econômico, e a primeira oportunidade de expressão própria no plano político, e até pessoal – o que inclusive permite uma reflexão sobre como a reinserção no mundo do trabalho traz também a restauração de vínculos sociais e de senso de pertencimento a uma coletividade.

Por fim, é preciso atentar para o fato de que iniciativas locais isoladas correm o risco de não gerar a economia solidária, ainda que sejam bem sucedidas individualmente. Ao invés, elas precisam ser percebidas como conjunto e articuladas entre si. Por isso é fundamental a sistematização das experiências, a divulgação das idéias e a transformação delas em proposta – o que também é movimento essencialmente político, e contribui para criar uma ponte entre o mundo experimental localizado e o mundo político da economia solidária enquanto alternativa de transformação social e das políticas públicas de formação, geração de trabalho e desenvolvimento.

Pela histórica relação que o cooperativismo possui com o desenvolvimento local e seu potencial de geração de renda através do trabalho associado, a aposta na sua difusão, implementação e apoio permanente é estratégica contra o desemprego.

A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem a instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

Seguramente, o apoio a esta iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

Referências

ANDRIOLLI, Antônio Inácio. Cooperativismo uma resistência a exclusão – Revista espaço acadêmico n° 19 ano II – www.espacoacademico.com.br

BAVA, Silvio Caccia (org.). Desenvolvimento local: geração de emprego e renda (Publicações Pólis, n° 25). São Paulo: Pólis, 1996 (“Apresentação”, pp. 5-7).

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In: Novos Estudos CEBRAP, n° 45, 1996, pp. 152-167.

CARDOSO, Ruth. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: B. Sorj & M. H.

FRIEDMANN, John. Planning in the public domain: from knowledge to action. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Sentidos e Experiências da Economia Solidária – Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.

POCHMANN, Marcio. Políticas de Inclusão Social – resultados e avaliação – São Paulo. Cortez, 2004.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, José Arlindo & Linda GONDIM. “Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local”. In: Soares & Bava (orgs.), 1998, pp. 61-96.